

A Comissão Especial sobre Planos de Saúde promove audiência pública na quarta-feira (23) para debater os reajustes das mensalidades nos planos privados de assistência coletiva por adesão.

O colegiado analisa o [Projeto de Lei 7419/06](#), que obriga os planos e seguros privados de assistência à saúde a cobrir as despesas do acompanhante de paciente menor de 18 anos internado em unidade de terapia intensiva (UTI), quando houver recomendação médica.

O debate foi solicitado pelos deputados Jorge Solla (PT-BA) e Dagoberto Nogueira (PDT-MS).

Na opinião de Solla, o funcionamento dos planos de saúde que seguem o modelo de autogestão enfrentam dificuldades orçamentárias e financeiras, cuja superação só é possível mediante diálogo entre as partes. “Impossível ignorar o caráter diferenciado das operadoras de autogestão, que não visam lucro e que possuem em seu rol de associados pessoas idosas que, em sua maioria, não podem arcar com os custos de mercado de um plano de saúde privado”, assinalou o parlamentar.

Já Dagoberto lembra que hoje o Brasil conta com 296 operadoras de planos de saúde odontológicos, com uma carteira de quase 23 milhões de beneficiados. “Apenas em 2016 o setor faturou R\$ 3 bilhões.

Foram convidados:

- presidente da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (Unidas), Aderval Paulo Filho;
- presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Odontologia de Grupo (Sinog), Geraldo Almeida Lima; e
- presidente da Central Nacional das Cooperativas Odontológicas (Uniodonto), José Alves de Souza Neto.

A audiência está marcada para as 15 horas, no plenário a definir

Acompanhe ao vivo a transmissão dessa audiência pelo [WebCamara](#).

Fonte: Agência Câmara Notícias, em 21.08.2017.